

Frederico Amado

Curso de **Direito e Processo**
PREVIDENCIÁRIO

Agora com
≡ ÍNDICE REMISSIVO

13ª revista
atualizada
Edição ampliada

2020/2

Para acessar os vídeos:

Para quem usa **Android**, importante instalar um aplicativo com leitor de QR Codes, que pode ser o "QR Code Reader". Você encontrará no seguinte link:

▶ <http://editoraj.us/baixar-qr-android>

Para quem usa **IOS** (iPhone, iPad), basta instalar um aplicativo com leitor de QR Codes, que pode ser o "QR Code Reader and Scanner". Você o encontrará no seguinte link:

▶ <http://editoraj.us/baixar-qr-ios>

Os vídeos estão indicados no sumário pelo símbolo:



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorrea@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

A481c Amado, Frederico
Curso de direito e processo previdenciário / Frederico Amado – 13. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2020.
2064 p.

Bibliografia.
Índice.
ISBN 978-85-442-3466-2.

1. Direito previdenciário. 2. Direito processual previdenciário. I. Amado, Frederico. II. Título.

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Siglas.....	19	5.10. Seguro-defeso do pescador artesanal.....	127
TÍTULO I			
DA SEGURIDADE SOCIAL			
1			
DISPOSIÇÕES GERAIS			
SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL			
1. Introdução	23	5.11. Outros benefícios assistenciais.....	133
2. Definição e natureza jurídica	24	5.12. Auxílio emergencial (COVID-19).....	133
3. Competência legislativa	24	6. Saúde	136
4. Princípios.....	25	6.1. Introdução	136
4.1. Universalidade da cobertura e do atendimento	26	6.2. Definição e natureza jurídica	141
4.2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.....	27	6.3. O Sistema Único de Saúde.....	141
4.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.....	27	6.4. Princípios.....	144
4.4. Irredutibilidade do valor dos benefícios ...	28	6.5. Acordos Internacionais.....	145
4.5. Equidade na forma de participação no custeio.....	29	7. Previdência Social.....	149
4.6. Diversidade da base de financiamento ..	30	7.1. Introdução	149
4.7. Gestão quadripartite.....	30	7.2. Evolução histórica mundial.....	150
4.8. Solidariedade.....	31	7.3. Evolução histórica no Brasil.....	151
4.9. Precedência da Fonte de Custeio ou Contrapartida.....	32	7.4. Definição e abrangência.....	168
4.10. Orçamento Diferenciado	34	7.5. Classificação dos sistemas previdenciários	168
4.11. Tabela dos princípios da seguridade social.....	34	7.6. Planos previdenciários brasileiros.....	168
5. Assistência social	35	7.6.1. Planos básicos.....	169
5.1. Introdução	35	7.6.2. Planos complementares.....	172
5.2. Definição.....	36	8. O Direito Previdenciário	172
5.3. Objetivos	36	8.1. Autonomia	172
5.4. Princípios.....	36	8.2. Definição.....	173
5.5. Diretrizes.....	37	8.3. Relação com demais ramos jurídicos.....	173
5.6. Organização e gestão.....	37	8.4. Interpretação, fontes e hierarquia da legislação previdenciária.....	174
5.7. Benefício do amparo assistencial do idoso ou deficiente carente (BPC/LOAS).....	40	9. Pilares da Proteção Social no Brasil	179
5.8. Benefício assistencial de salário mínimo do trabalhador avulso portuário.....	121	2	
5.9. Seguro-Desemprego.....	123	CONTRIBUIÇÕES	
		PARA A SEGURIDADE SOCIAL	
		1. Introdução	181
		2. A natureza jurídica da relação de custeio.....	183
		3. Contribuições em espécie.....	184
		3.1. Contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei.....	186
		3.1.1. Incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício	186
		3.1.2. Incidentes sobre a receita ou o faturamento.....	186
		3.1.3. Incidentes sobre o lucro	189

3.2. Do trabalhador e dos demais segurados da previdência social.....	189	10. Princípio da Garantia do Benefício não Inferior ao Salário Mínimo	224
3.3. Sobre a receita de concursos de prognósticos	190	11. Princípio da Previdência Complementar Facultativa.....	225
3.4. Do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.....	191	12. Princípio da Gestão Quadripartite da Previdência Social.....	225
4. Arrecadação.....	191	13. Princípio do <i>Tempus Regit Actum</i>	225
5. Imunidade	192	14. Princípio da Responsabilidade	226
6. Princípio da Anterioridade Nonagesimal	197	15. Princípio da Vedação ao Retrocesso Social.....	227
7. Constituição do crédito securitário.....	198	16. Princípio do <i>In Dubio Pro Misero</i>	227
8. Progressividade	200	17. Princípio da Automaticidade das Prestações....	228
9. Moratória, parcelamento, Anistia e remissão ...	200	18. Princípio da Indisponibilidade dos Benefícios Previdenciários	228
10. Decadência e prescrição	201	19. Princípio da Territorialidade da Filiação.....	229
11. Simples Nacional	202		

TÍTULO II

DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS

1

DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. Abrangência.....	207
2. Cobertura.....	208
3. Legislação de regência.....	209
4. Administração.....	209
5. Sistemática	209
6. Características.....	210
7. Entidades e órgãos previdenciários.....	210
7.1. Conselho Nacional da Previdência.....	211
7.2. Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	212
7.3. Conselho de Recursos da Previdência Social	216




2

PRINCÍPIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Introdução	219
2. Princípio da Contributividade.....	219
3. Princípio da Obrigatoriedade da Filiação	220
4. Princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial..	220
5. Princípio da Universalidade de Participação nos Planos Previdenciários.....	221
6. Princípio da Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços às Populações Urbanas e Rurais	221
7. Princípio da Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios.....	222
8. Princípio dos Salários de Contribuição Corrigidos Monetariamente	223
9. Princípio da Irredutibilidade do Valor dos Benefícios	223


3

SEGURADOS, FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO

1. Introdução	231
2. Segurados obrigatórios	232
2.1. Segurado empregado.....	234
 Vídeo.....	237
2.2. Segurado empregado doméstico.....	250
2.3. Segurado trabalhador avulso.....	251
2.4. Segurado especial.....	254
 Vídeo.....	270
2.5. Segurado contribuinte individual.....	302
3. Segurados facultativos.....	309
4. Filiação.....	311
 Vídeo.....	312
5. Inscrição.....	319

4

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

1. Noções iniciais e definição	327
 Vídeo.....	328
2. Limites.....	328
3. Complementação, agrupamento e transferência do excedente dos salários de contribuição..	349
4. Delimitação	353
5. Composição.....	358

5

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

1. Introdução	373
2. Natureza jurídica	373
3. Aspecto material e temporal do fato gerador ...	375
4. Contribuições previdenciárias dos trabalhadores e demais segurados do RGPS.....	376

SUMÁRIO

4.1. Empregado, trabalhador avulso e empregado doméstico.....	376	3. Doenças equiparadas (ocupacionais)	471
4.2. Contribuinte individual e segurado facultativo.....	381	4. Acidente de trabalho por equiparação.....	472
4.3. Segurado especial.....	391	5. Reconhecimento	474
5. Contribuições previdenciárias da empresa e do equiparado a empresa.....	395	6. Segurados cobertos.....	483
5.1. Incidentes sobre as remunerações dos empregados e avulsos.....	396	7. Prescrição dos benefícios acidentários	484
5.2. Incidentes sobre as remunerações dos contribuintes individuais.....	402	8. Principais consequências jurídicas do reconhecimento do acidente de trabalho.....	484
5.3. Incidentes sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura da prestação de serviços das cooperativas de trabalho	403	9. Responsabilidade civil da empresa perante a Justiça do Trabalho.....	487
5.4. Regra especial – Empresas optantes do Simples Nacional.....	406	10. Ação regressiva proposta pelo INSS contra a empresa negligente	488
6. Contribuição previdenciária do empregador doméstico.....	408		
7. Contribuições previdenciárias substitutivas da parte patronal.....	410		
7.1. Associações desportivas que mantém equipe de futebol profissional	410		
7.2. Produtor rural pessoa física (PRPF).....	411		
7.3. Produtor rural pessoa jurídica (PRPJ) ...	416		
8. Substituição da contribuição previdenciária sobre as remunerações pela contribuição sobre a receita ou faturamento das empresas	418		
9. Arrecadação.....	442		
10. Parcelamento.....	450		
11. Encargos decorrentes do atraso no pagamento..	450		
12. A retenção feita pelo contratante de serviços de cessão de mão de obra	451		
13. Hipóteses de responsabilização solidária	454		
13.1. Construção civil.....	455		
13.2. Empresas do mesmo grupo econômico ..	456		
13.3. Gestores dos entes da Administração Pública Indireta.....	456		
13.4. Administração Pública.....	456		
13.5. Operador portuário e órgão gestor de mão de obra	457		
13.6. Produtores rurais integrantes de consórcios simplificados	457		
13.7. Oficial de Cartório e contratantes	457		
13.8. Trabalho temporário	458		
14. Restituição e compensação das contribuições previdenciárias.....	458		
15. Certidão negativa de débito	461		
16. Obrigações acessórias da empresa.....	463		
17. Das infrações administrativas.....	466		





6




ACIDENTE DE TRABALHO, MOLÉSTIAS OCUPACIONAIS E EVENTOS EQUIPARADOS

1. Introdução	469
2. Definição de acidente de trabalho.....	470

7




REGRAS GERAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS

1. Espécies de prestações previdenciárias.....	501
2. Classificação das prestações previdenciárias	503
3. Dependentes dos segurados	504
3.1. Classe I	507
 Vídeo.....	517
3.2. Classe II.....	525
3.3. Classe III	527
4. Tempo de serviço e de contribuição e sua contagem recíproca.....	528
5. Indenização para a contagem de tempo de serviço ou de contribuição	554
6. Manutenção da qualidade de segurado no período de graça	562
 Vídeo.....	563
7. Período de carência	583
 Vídeo.....	596
8. Fator previdenciário.....	605
 Vídeo.....	607
9. Salário de benefício na Lei 8.213/91 e Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).....	614
10. Salário de benefício na Emenda 103/2019	648
11. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regras vigentes.....	651
12. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regramento antigo e evolução histórica.....	655
12.1. Decreto 35.448/54 (Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadorias e Pensões)	655
12.2. Lei 3.807/1960 (Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS).....	656
12.3. Lei 5.316/1967 (integrou o seguro de acidentes de trabalho na previdência social)	657
12.4. Lei Complementar 11/1971.....	657
12.5. Lei 5.890/1973	658
12.6. Lei 6.179/1974	658




12.7. Lei 6.210/1975	658	até a data da publicação da reforma	
12.8. Lei 6.260/1975	658	constitucional	869
12.9. Lei 6.367/1976	660	6. Auxílio-doença (auxílio por incapacidade	
12.10. Constituição Federal de 1988 (texto ori-		temporária).....	871
ginal).....	661	 Vídeo.....	919
12.11. Lei 8.213/91 (redação original) e altera-		7. Salário-família.....	923
ções posteriores.....	661	8. Salário-maternidade.....	926
12.12. Emenda 20/1998	662	 Vídeo.....	929
12.13. Emenda 103/2019	663	9. Auxílio-acidente.....	947
		10. Pensão por morte.....	962
		 Vídeo.....	993

8

BENEFÍCIOS E SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS EM ESPÉCIE

1. Aposentadoria por incapacidade permanente		11. Auxílio-reclusão.....	1011
(antiga invalidez)	671	12. Abono anual	1031
2. Aposentadoria programada.....	691	13. Serviço social.....	1032
3. Regras básicas da extinta aposentaDOría ape-		14. Habilitação e reabilitação profissional.....	1033
nas por tempo de contribuição sem idade mí-		15. Benefícios especiais	1037
nima.....	738	15.1. Aposentadoria do ex-combatente da 2ª	
4. Aposentadorias especiais	742	Guerra Mundial	1037
4.1. Aposentadoria especial por exposição a		15.2. Aposentadoria ou pensão excepcional	
agentes nocivos à saúde.....	743	do anistiado político	1039
 Vídeo.....	787	15.3. Pensão especial vitalícia para as víti-	
 Vídeo.....	797	mas da Talidomida	1040
 Vídeo.....	828	15.4. Pensão mensal vitalícia dos seringuei-	
4.2. Aposentadoria especial dos deficientes ...	850	ros.....	1041
5. Regras de transição das aposentadorias –		15.5. Pensão mensal das vítimas da hemodiá-	
emenda 103/2019.....	859	lise de Caruaru	1043
5.1. Artigo 15 – aposentadorias – regras de		15.6. Pensão mensal das vítimas da Hansení-	
transição para os segurados que ingres-		ase	1043
saram até a data da publicação da refor-		15.7. Auxílio especial mensal dos campeões	
ma constitucional.....	860	mundiais de futebol de 1958, 1962 e 1970..	1044
5.2. Artigo 16 – aposentadorias – regras de		15.8. Pensão especial destinada a crianças	
transição para os segurados que ingres-		com microcefalia decorrente do Zika	
saram até a data da publicação da refor-		Vírus	1044
ma constitucional.....	862	16. Benefícios extintos.....	1045
5.3. Artigo 17 – aposentadorias – regras de		16.1. Auxílio-natalidade	1045
transição para os segurados que ingres-		16.2. Auxílio-funeral.....	1045
saram até a data da publicação da refor-		16.3. Pecúlio.....	1045
ma constitucional.....	865	16.4. Abono de Permanência em Serviço	1045
5.4. Artigo 18 – aposentadorias – regras de		16.5. Renda Mensal Vitalícia (Lei 6.179/74)...	1045
transição para os segurados que ingres-		16.6. Auxílio-suplementar.....	1046
saram até a data da publicação da refor-		16.7. Aposentadoria especial do jornalista	
ma constitucional.....	866	profissional, do jogador de futebol pro-	
5.5. Artigo 20 – aposentadorias – regras de		fissional, do telefonista, do juiz classista	
transição para os segurados que ingres-		e do aeronauta	1047
saram até a data da publicação da refor-		16.8. Aposentadoria por tempo de contribui-	
ma constitucional.....	868	ção.....	1047
5.6. Artigo 21 – aposentadorias especiais			
por agentes nocivos– regras de transi-			
ção para os segurados que ingressaram			

TEMAS FINAIS SOBRE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS


1. Hipóteses de suspensão e cancelamento dos benefícios e programas de revisão..... 1049
2. Autotutela da Administração Pública Previdenciária 1053
3. Prescrição quinquenal da pretensão e decadência decenal para a revisão de benefício ou impugnação do ato de indeferimento 1057
 - 3.1. Prescrição quinquenal..... 1058
 -  Vídeo..... 1061
 - 3.2. Decadência decenal para a revisão de benefícios previdenciários 1067
 -  Vídeo..... 1082
 - 3.3. Decadência decenal para a impugnação de ato administrativo que indeferiu benefício previdenciário 1083
 - 3.4. Ampliação das situações de decadência pela Lei 13.846/2019..... 1084
4. Reajustamento da renda mensal inicial 1086
5. Acumulação..... 1088
6. Descontos legalmente autorizados 1094
7. Débito de contribuições previdenciárias e a concessão de benefícios 1110
8. Direito Adquirido..... 1111
9. Renúncia da aposentadoria (desaposentação) e de outros benefícios..... 1116
 -  Vídeo..... 1123
10. Despensão..... 1125
11. Complementação das aposentadorias dos ferroviários paga pela União 1126
12. Complementação de aposentadorias pagas por entidades fechadas de previdência privada 1129
13. Dano moral previdenciário 1130

PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO

1. Definição e fases 1137
2. Fase inicial 1138
3. Fase instrutória 1146
4. Fase decisória 1193
5. Fase recursal (Conselho de Recursos da previdência social)..... 1197
 - 5.1. Recurso Ordinário e Recurso Especial .. 1199
 - 5.2. Procedimento recursal 1202
 - 5.3. Enunciados e resoluções do CRPS 1205
 - 5.4. Reclamação ao CRPS..... 1215
 - 5.5. Embargos de declaração 1239

- 5.6. Desistência do recurso administrativo e propositura de ação judicial 1240
- 5.7. Matéria médica..... 1240
- 5.8. Revisão de ofício 1240
- 5.9. Conflitos de competência, conexão, continência e impedimento de julgador 1244
- 5.10. Processo digital 1245
- 5.11. Temas finais 1250
6. Fase de cumprimento das decisões administrativas..... 1251
7. Disposições diversas..... 1252
8. Processo de justificação administrativa..... 1253
9. Processo administrativo fiscal de arrecadação das contribuições para a seguridade social 1256
10. Súmulas administrativas do inss..... 1257

PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO

1. Competência jurisdicional 1259
 - 1.1. Regra geral: competência da Justiça Federal 1259
 - 1.2. Ações acidentárias: competência originária da Justiça Estadual 1261
 - 1.3. Competência estadual por delegação..... 1266
2. Legitimidade ativa e passiva *ad causam* e formação de litisconsórcio..... 1269
3. As prerrogativas do INSS em juízo 1270
4. O prévio requerimento administrativo e a reafirmação judicial da data de entrada do requerimento..... 1274
 -  Vídeo..... 1291
5. Data de início do benefício por incapacidade na data de juntada do laudo pericial ou na citação 1293
6. Impenhorabilidade, inalienabilidade e indisponibilidade dos benefícios previdenciários..... 1294
7. Autorização legal para a desistência de recursos e propositura de ações 1296
8. Honorários advocatícios nas ações previdenciárias 1297
9. Ação civil pública previdenciária 1299
10. Intervenção do Ministério Público 1303
11. Custas processuais 1303
12. Coisa julgada nas lides previdenciárias 1304
13. Juros de mora e correção monetária nos processos previdenciários..... 1308
14. Perícia judicial nas causas previdenciárias 1314
 - 14.1. Regras gerais..... 1314
 - 14.2. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).... 1318
 - 14.3. Quesitação em perícia previdenciária.... 1322
15. Pedido nas ações previdenciárias 1326

16. Recurso especial e repetitivo.....	1327
17. Recurso extraordinário, repercussão geral e repetitivo.....	1330
18. Ação rescisória previdenciária.....	1332
19. Fase de execução nas ações previdenciárias.....	1335
20. Sucessão processual em caso de morte do autor	1341
21. Mandado de segurança em matéria previdenciária	1343

12**PROCEDIMENTO NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS**

1. Microsistema jurídico com aplicação supletiva do código de processo civil de 2015.....	1353
2. Critérios de competência: valor da causa e outros.....	1355
3. repositura da ação e sua desistência.....	1363
4. Assistência judiciária gratuita	1365
5. O INSS e os seus representantes judiciais.....	1365
6. Citação e contestação	1366
7. Abolição de algumas prerrogativas do poder público em juízo	1367
8. Vedação à intervenção de terceiros	1369
9. Contagem dos prazos.....	1369
10. Audiência de conciliação, instrução e julgamento	1369
11. Conciliação.....	1372
12. Prova pericial	1377
13. Tutela provisória e efeitos da sua revogação	1378
14. Custas processuais e honorários advocatícios ..	1387
15. Sentença.....	1387
16. Embargos de declaração	1389
17. Procedimento na turma recursal (recurso inominado, mandado de segurança, agravo de instrumento, agravo regimental e embargos de declaração).....	1398
18. Procedimento na turma regional e na turma nacional de uniformização (incidentes de uniformização, agravo regimental, embargos de declaração e reclamação).....	1408
19. Procedimento no stj (incidente, agravo e embargos de declaração).....	1421
20. Procedimento no stf (recurso extraordinário, agravo e embargos de declaração).....	1423
21. Coisa julgada.....	1424
22. Fase de execução.....	1429
23. Tabela prática dos prazos nos juzados especiais federais	1432

13**REAJUSTAMENTO E REVISÃO DOS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

1. Revisional com base na atualização monetária dos salários de contribuição pela ORTN/OTN (Lei 6.423/77)	1434
2. Revisional fundamentada na atualização do menor valor teto pelo INPC (Lei 6.708/79)	1436
3. Revisão de benefício pelo índice integral no primeiro reajustamento (Súmula 260, do Tribunal Federal de Recursos)	1437
4. Revisão administrativa de benefícios pela equivalência de salários mínimos do mês da concessão (artigo 58, do ADCT, da Constituição de 1988).....	1439
5. Revisão dos benefícios rurais para um salário mínimo (artigo 201, §5º, da Constituição Federal)	1440
6. Revisão administrativa de benefício para a incidência de correção monetária dos 36 últimos salários de contribuição (artigo 144, da Lei 8.213/91 – “buraco negro”)	1441
7. Reajuste da renda do benefício pela variação do salário mínimo de 147,06% do último quadrimestre de 1991	1444
8. Revisão de benefício pelo número de salários mínimos da data da concessão	1444
9. Revisão de benefício na conversão da URV (Lei 8.700/93)	1445
10. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício (Lei 8.870/94 – revisão do “buraco verde”)	1446
11. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício – regra permanente de incidência do índice teto no primeiro reajuste (Lei 8.880/94).....	1447
12. Revisão de benefício com a inserção do IRSM de fevereiro de 1994 na atualização dos salários de contribuição (Lei 8.880/94)	1449
13. Reajuste de benefícios pelo IPG-DI de 1997 a 2001	1452
14. Revisão da pensão por morte para 100% do salário de benefício (Lei 9.032/95).....	1453
15. Revisão do auxílio-acidente para 50% do salário de benefício (Lei 9.032/95).....	1456
16. Revisão de aposentadoria por incapacidade permanente (antiga invalidez) precedida de auxílio-doença (artigo 29, §5º, da Lei 8.213/91)	1458
17. Revisão de benefício através da consideração apenas dos salários de contribuição que antecederam à formação do direito adquirido com desconsideração dos posteriores (direito ao melhor benefício/antecipação da data de início do benefício)	1460
18. Revisão de aposentadoria por invalidez (atual incapacidade permanente), auxílio-doença,	

pensão por morte ou auxílio-reclusão com base no artigo 29, II, da Lei 8.213/91, com redação dada pela Lei 9.876/99 (80% dos maiores salários de contribuição)	1465	3.9. Espanha.....	1556
19. Pagamento da correção monetária dos benefícios pagos com atraso por responsabilidade do beneficiário.....	1482	3.10. França.....	1559
20. Revisão com base em decisão da Justiça do Trabalho.....	1483	3.11. Grécia	1562
21. Readequação do salário de benefício pelos novos tetos fixados pelas Emendas 20/98 (R\$ 1.200,00) e 41/03 (R\$ 2.400,00) para os benefícios concedidos anteriormente	1487	3.12. Itália	1564
22. Exclusão do fator previdenciário na aposentadoria por tempo de contribuição proporcional concedida com base nas regras de transição da EC 20/98	1497	3.13. Japão	1566
23. Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição masculina para considerar no fator previdenciário apenas a expectativa de vida dos homens.....	1501	3.14. Luxemburgo	1569
24. Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição feminina para acrescer no cálculo fator previdenciário cinco anos na idade	1503	3.15. Portugal.....	1571
25. Revisão da aposentadoria “especial” do professor para excluir o fator previdenciário.....	1504	3.16. Quebec	1575
26. Revisão de aposentadoria para excluir o fator previdenciário do tempo especial convertido ao tempo comum.....	1508	3.17. EUA	1577
27. Revisão do salário de benefício para inserção de salários de contribuição anteriores ao plano real (julho/1994) (revisão da vida toda).....	1509	3.18. Suíça.....	1579
28. Revisão do salário de benefício nas atividades laborais concomitantes	1513	3.19. Quadro-síntese dos Acordos.....	1580
29. Revisão do salário de benefício para a inclusão no período básico de cálculo da competência (mês) da concretização do risco social.....	1520	4. Tratados previdenciários em procedimento de ratificação ou de promulgação pelo Brasil.....	1583

14

ACORDOS INTERNACIONAIS PREVIDENCIÁRIOS



1. Introdução e regras gerais	1523
2. Procedimento de ratificação e promulgação.....	1537
3. Tratados previdenciários em vigor no Brasil	1538
3.1. Convenção Multilateral Ibero-Americana de Seguridade Social	1538
3.2. Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL	1542
3.3. Alemanha.....	1544
3.4. Bélgica	1546
3.5. Cabo Verde	1549
3.6. Canadá	1549
3.7. Chile	1551
3.8. Coreia (do Sul)	1553

TÍTULO III

DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL


1

NORMAS GERAIS

1. Disposições iniciais e contagem recíproca	1587
 Vídeo	1623
2. Segurados.....	1623
3. Contribuições previdenciárias.....	1625
4. Cálculo dos benefícios	1636
5. Benefícios com previsão constitucional	1639
5.1. Regras gerais e registro da aposentadoria e da pensão por morte no Tribunal de Contas	1640
 Vídeo	1648
5.2. Aposentadoria compulsória por idade... ..	1661
6. Processo administrativo de fiscalização nos Regimes Próprios de Previdência Social	1670
7. regulação dos investimentos pelo conselho monetário nacional	1672

2

REGIME PRÓPRIO DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

1. Aposentadoria por invalidez.....	1675
2. Aposentadoria por idade, com proventos proporcionais	1678
3. Aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais	1678
4. Aposentadoria especial	1680
5. Pensão por morte.....	1689
6. Outros benefícios que podiam ser criados pelos Regimes Próprios de Previdência Social	1692
6.1. Auxílio-doença	1692
6.2. Salário-família	1692
 Vídeo	1693

6.3. Salário-maternidade	1693
7. Abono de permanência.....	1695
8. Regras de transição.....	1698
8.1. Direito adquirido	1698
8.2. Aposentadoria. Artigo 2º, da Emenda 41/2003.....	1699
8.3. Aposentadoria. Artigo 3º, da Emenda 47/2005.....	1701
8.4. Paridade e integralidade remuneratória entre ativos e inativos. Artigo 6º, da Emenda 41/2003	1703
8.5. Acumulação de remuneração com proventos de cargos inacumuláveis	1704
9. Tempo de serviço público e ingresso no serviço público	1706
10. Regulamento dos regimes próprios de previdência social	1709

3**DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA UNIÃO**

1. Introdução.....	1733
2. Segurados.....	1734
3. Custeio	1734
4. Benefícios e serviços do Plano de Seguridade Social dos servidores públicos federais efetivos.....	1737
4.1. Aposentadorias do servidor federal efetivo – regras permanentes.....	1737
4.2. Pensão por morte do servidor federal efetivo – regras permanentes.....	1753
4.3. Auxílio-natalidade	1766
4.4. Salário-família	1766
4.5. Licença para tratamento de saúde	1767
4.6. Licença à gestante	1767
4.7. Licença à adotante	1767
4.8. Licença-paternidade.....	1768
4.9. Licença por acidente de serviço.....	1768
4.10. Assistência à saúde do segurado e de seus dependentes	1768
4.11. Auxílio-funeral.....	1768
4.12. Auxílio-reclusão	1769
5. direito adquirido e regras de transição à luz da emenda 103/2019 para os servidores efetivos federais.....	1770
5.1. Direito adquirido	1770
5.2. Artigo 4º – Aposentadorias – Regras de transição para os servidores federais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional – Servidores com regra ordinária e professores do ensino básico.....	1771
5.3. Artigo 20 – Aposentadorias – Regras de transição para os servidores federais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional – servi-	

dores com regra ordinária e professores do ensino básico.....	1776
5.4. Artigo 5º – Aposentadorias – Regras de transição para os policiais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional.....	1777
5.5. Artigo 21 – Aposentadoria especial por agentes nocivos – Regras de transição para os servidores federais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional	1784
6. abono de permanência: regras permanentes e de transição	1789
7. Regras de transição para titulares de mandato eletivo	1792

4**DO REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS MILITARES DA UNIÃO**

1. Introdução	1795
2. Inatividade remunerada.....	1797
3. Pensão por morte.....	1798

TÍTULO IV**DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR****1****REGIME COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS**

1. Disposições constitucionais e regimes criados.....	1807
---	------

2**REGIME COMPLEMENTAR PRIVADO**

1. Introdução	1815
2. Características Gerais.....	1815
3. Disposições Comuns aos Planos de Benefícios dos Entes Abertos e Fechados.....	1822
4. As Entidades Fechadas e os seus Planos de Benefícios	1826
5. As Entidades Abertas e os seus Planos de Benefícios	1845
6. Intervenção e Liquidação Extrajudicial dos Entes Previdenciários Privados	1846
7. A Relação da Administração Pública com as suas Entidades Fechadas de Previdência Complementar	1849
8. O processo administrativo para apuração de responsabilidade	1853
9. Regulação dos investimentos pelo conselho monetário nacional	1858

3

**REGIME DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES
PÚBLICOS EFETIVOS FEDERAIS**

1. Introdução	1863
2. Entidades fechadas – FUNPRESPs.....	1866
3. Plano de benefícios.....	1869
4. Benefício especial	1870
5. Plano de custeio e contribuições previdenciárias	1874
6. Recursos garantidores	1876
7. Controle e fiscalização	1877
8. Vigência do regime previdenciário	1878

TÍTULO V

DOS CRIMES CONTRA A SEGURIDADE SOCIAL

1

PRINCIPAIS DELITOS

1. Apropriação indébita previdenciária	1881
2. Sonegação de contribuição previdenciária.....	1888
3. Falsificação ou alteração de documento público contra a Previdência Social	1891

4. Estelionato previdenciário.....	1893
5. Crimes praticados contra as pessoas com deficiência	1895

APÊNDICES

Apêndice 1 – Regulamento do plano de benefícios dos servidores públicos federais do poder executivo.....	1899
Apêndice 2 – Regulamento do plano de benefícios do poder legislativo federal – plano LEGISPREV	1915
Apêndice 3 – Regulamento do plano de benefícios do judiciário da união, do ministério público da união e do conselho nacional do ministério público.....	1973
Apêndice 4 – Enunciados do fórum nacional dos juizados especiais federais – FONAJEF.....	2005
Apêndice 5 – Questões de ordem da TNU.....	2015
Apêndice 6 – Súmulas previdenciárias do STF, STJ, TNU, AGU e CRPS.....	2019
Apêndice 7 – Regimento interno da TNU Resolução nº 586, de 30 de setembro de 2019	2029
Apêndice 8 – Regimento interno do CRPS.....	2037
Referências	2053
Índice Alfabético-Remissivo.....	2057